

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO E/OU ESPAÇO DESTINADO AO USO COLETIVO**

Razão social: EM LAIS PERALTA CARNEIRO		CNPJ: 37.123.035/0001-28
Logradouro: Av. Dona Mariquinha	Nº 2110	Complemento:
Bairro: Centro	Cidade: Maria da Fé	CEP: 37517-000
Proprietário: Município de Maria da Fé		CPF/CNPJ: 180259570004-09
Resp. pelo uso: EM LAIS PERALTA CARNEIRO		CPF/CNPJ: 37.123.035/0001-28
Uso, divisão e descrição: Escolar – E1		Nº PSCIP: <b>PRJ2023001945</b>

**2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO LAUDO TÉCNICO**

Nome: Miguel Ângelo P. Adário		CREA/CAU: 86821/D
Endereço: Rua Afonso Pena	Nº 87	Complemento:
Bairro: Centro	Cidade: Pouso Alegre - MG	CEP: 37550-091
E-mail: migueladario@uol.com.br		Fone: 35 998038537

Nº do documento de responsabilidade técnica: **MG20231816309****3. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA**

POR SE TRATAR DE UMA EDIFICAÇÃO ANTIGA NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE REALIZAR ALTERAÇÃO NA LARGURA DA ESCADA e MUDANÇA NO SENTIDO DE ABERTURA DA PORTAS DA SAÍDA, DESTA FORMA FOI ADOTADO ESSE LAUDO E ALGUMAS MEDIDAS PARA ATENDIMENTO À IT40 CBMMG.

**REFERENTE A NOTIFICAÇÃO NR. 1**

ITEM 6.6 – Limitação de Público conforme item 6.6.1 – ocupação E1

Limitado público para 120 pessoas.

Adotado placa M2 com indicação de público máximo na edificação CONFORME ITEM 6.6.2

1º pavimento não recebe pessoas com deficiência – uso de cadeira de rodas.

Largura também da escada atende o item 6.2.1 letra a da IT40 pois a ocupação em questão não é E5. (Largura da escada – 1,15 – sendo permitido conforme item 6.2.1 até 1,0 metro ).

6.2.1 Os acessos em comunicação com escada ou descarga, com largura mínima de até 80 cm, serão aceitos desde que atendidas às condições a seguir: a) não haja ocupação das divisões E-5, E-6, F-2, F-3, F-5, F-6, H-2 e H-3 utilizando a rota de fuga com deficiência na largura;

**REFERENTE A NOTIFICAÇÃO NR. 2**

ITEM ATENDE A IT 40 ITEM 6.3.1

6.3 Sentido de abertura de portas em rotas de saída

6.3.1 Poderá ser aceita a abertura de porta em sentido contrário à rota de fuga, desde que, atendidas as condições a seguir: Não se trata de porta corta fogo.

6.3.1.1 A abertura em sentido contrário à rota de fuga será aceita, ainda, para qualquer população, quando se tratar de porta de acesso ao logradouro público, onde a inversão do sentido de abertura seja inviável por impossibilidade técnica de recuo da porta e/ou abertura desta em passeio público.

6.3.2 Atendido o previsto em 6.3.1, adotar sinalização complementar por mensagens escritas, indicando que a porta deverá permanecer aberta durante o horário de funcionamento da edificação, devendo possuir, ainda, dispositivo de travamento que impeça seu fechamento acidental.

AS PORTAS QUE ENCONTRAM-SE NO IMÓVEL ESTÃO IDENTIFICADAS CONFORME PREVÊ A NORMA E TBM POR CONTA DE SER UMA EDIFICAÇÃO ANTIGA A INVERSÃO DO SENTIDO É INVIÁVEL POIS A ABERTURA SE DARÁ EM PASSEIO PÚBLICO.

#### 4. DECLARAÇÃO

Eu declaro, sob pena de incorrer no Art. 299<sup>1</sup> da Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) que vistoriei a edificação/espço destinado ao uso coletivo em lide e que as informações por mim prestadas neste laudo são verídicas.

Maria da Fé, 31 de janeiro de 2023



Miguel Ângelo P. Adário  
Eng.º Mecânico / Seg. Trabalho  
CREA 88821/D

Eng. Miguel Ângelo P. Adário – CPF 929079626-04

<sup>1</sup> Falsidade ideológica

**Art. 299**– Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

**Pena**– reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

**Parágrafo único**– Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.